



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Audição Regimental

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

20 DE JANEIRO DE 2019

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta legislatura poderia ser apelidada de “a legislatura do emprego”. Esse foi o lema do Programa do Governo e foi cumprido e largamente excedido.

Os números são ilustrativos. Nos primeiros três anos da legislatura, temos mais 320 mil empregos e temos menos 285 mil desempregados.

Criar mais emprego e combater o desemprego resultou numa imagem clara: mais confiança, menos desencorajados.

Os indicadores de confiança das famílias estão em máximos de 20 anos.

Passamos da legislatura da desistência e da emigração, em que o número de desencorajados aumentou 80%, para a legislatura da participação e do emprego, em que o número de desencorajados caiu 27%.

Foi também a legislatura do emprego de qualidade e do aumento dos salários.



No quarto trimestre de 2018, 99% do ganho de emprego foi conseguido com contratos permanentes. Ao longo da legislatura esta percentagem atingiu os 85%.

Se excluirmos a Administração Pública, de que falarei em seguida, 78% do emprego criado em 2018 foi na indústria. Muitos falam de serviços e de turismo, que são cruciais para o sucesso da economia portuguesa, mas os últimos dados do Inquérito ao Emprego mostram o papel dinâmico da indústria no crescimento do emprego.

No final do ano de 2018, face a 2017, tínhamos mais 126 mil licenciados com emprego. Num só ano! Nesta legislatura o emprego dos mais qualificados cresceu mais de 18%. Entre os mais jovens, aqueles que antes foram convidados a emigrar, o emprego dos que têm ensino superior cresceu ... 29%! Em apenas 3 anos.

O desemprego jovem de longa duração caiu 61% nesta legislatura. E o desemprego jovem está pela primeira vez desde o início da crise abaixo dos 20%.

Esta é também a legislatura das famílias.

Desde logo pela redução dos impostos pagos por cada família para o mesmo nível de rendimento. Mas o indicador mais relevante, aquele que demonstra o esforço de coesão social passa pelo mercado de trabalho e pelo emprego.



O número de famílias em que todos os seus membros ativos estão a trabalhar aumentou, nesta legislatura, 270 mil! Há mais 270 mil famílias em que todos trabalham.

Igualmente, o número de famílias em que todos os seus membros estão desempregados diminuiu, ao longo da legislatura, 90 mil. Há menos 90 mil famílias em que todos vivem o flagelo do desemprego.

Vivemos hoje um momento ímpar! Nunca em Portugal se tinha produzido tanto num só ano como em 2018. E nunca essa produção tinha beneficiado tantas famílias.

É isto que esta tarde se vai censurar no plenário da Assembleia da República. Os partidos da oposição censuram que desde 2015, em mais 270 famílias, todos trabalhem! Censuram, porque não têm nada de construtivo a propor!

Iniciámos nesta legislatura também um caminho de valorização e capacitação da Administração Pública. Um caminho feito de etapas, metas e objetivos, com inúmeras expressões práticas. Tudo com conta, peso e medida!

Os portugueses hoje sabem que o confronto gratuito com os trabalhadores do Estado já lá vai. Sabemos hoje que só com trabalhadores motivados é que podemos melhorar a Administração Pública e os serviços que são prestados a todos os cidadãos.



Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo tem organizado a sua atuação para a Administração Pública em torno de eixos que importa recordar: a valorização dos trabalhadores, a melhoria das condições de trabalho e a modernização da gestão pública.

No eixo da valorização dos trabalhadores, o Governo tem aplicado os seus esforços em todas as dimensões da valorização:

- Procedemos à reversão dos cortes salariais para todos os trabalhadores, medida fundamental para marcar o final da austeridade;
- Repusemos o horário de trabalho das 35 horas para os trabalhadores com vínculo de emprego público, que alargámos, no SNS, aos trabalhadores abrangidos pelo Código do Trabalho;
- Também no SNS, repusemos as horas extraordinárias e de qualidade e o valor do seu pagamento;
- Concretizámos o descongelamento das carreiras;
- Mas ainda fomos mais além do que consta no Programa do Governo e procedemos à elevação da base salarial na Administração Pública para 635,07€ e independentemente do vínculo dos trabalhadores;
- Continuamos também empenhados no combate à precariedade. No PREVPAP o número de processos homologados com parecer favorável



ascende a 12.854 e o número de processos homologados com parecer desfavorável a 1.547. O número de procedimentos concursais abertos e postos de trabalho originados são: na Administração Central, 1.242 concursos, com 7.598 postos de trabalho; na Administração Local, 3.901 concursos, com 9.441 postos de trabalho.

Mas a valorização dos trabalhadores também se faz através de oportunidades de aprendizagem, de apostas sólidas na capacitação e qualificação, diversificando e ampliando competências.

Avançámos por isso com o programa Qualifica AP. Este programa constitui um estímulo do Governo para que os trabalhadores elevem as suas qualificações, proporcionando assim mais e melhores oportunidades profissionais.

O investimento no reforço e rejuvenescimento dos serviços públicos nesta legislatura está patente nos números divulgados trimestralmente pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

O número de funcionários públicos face a 2015 aumentou pouco mais de 24 mil, com reforço mais expressivo nas áreas da saúde, educação e ensino superior: são +2.500 médicos; +4.300 enfermeiros; +7.700 educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário.

São números expressivos que demonstram a aposta na qualidade dos serviços públicos.



Todas as medidas tomadas até à data para a Administração Pública, desde o reforço dos meios humanos, ao descongelamento das carreiras, da reposição das 35 horas ao aumento da base remuneratória representam, em 2018 face a 2017, uma despesa adicional de 800 milhões de euros, o que se traduz num aumento médio de 3,1% na remuneração por trabalhador.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Para que existam trabalhadores motivados, produtividade nos serviços e qualidade no valor que diariamente entregamos, não podem ser descuradas as condições de trabalho, nas suas componentes físicas, organizacionais e psicossociais. Foi o que fizemos em conjunto com os sindicatos.

A Administração Pública exige medidas coerentes e consistentes também no plano da gestão. E o desafio coloca-se tanto na aplicação dos instrumentos que já existem como no desenvolvimento de novos instrumentos de gestão.

Trata-se, na verdade, de um múltiplo desafio e complexo.

Em primeiro lugar, é um desafio de conhecimento.

A nova versão do Sistema Informação da Organização do Estado (SIOE+), apresentada a semana passada nesta Assembleia, permitirá ampliar a



informação sobre a Administração Pública, concentrando num único sistema toda a informação relativa ao emprego público.

Em segundo lugar, é um desafio de simplificação e eficiência.

Os instrumentos de gestão dos organismos públicos devem ser cabalmente aplicados por dirigentes que sejam verdadeiros gestores e líderes dos seus serviços.

Para adequar os instrumentos às suas finalidades e simplificar e tornar efetiva a sua utilização, o Governo está igualmente a rever os instrumentos de planeamento, monitorização e controlo, reporte e avaliação das administrações públicas, na ótica não financeira.

Em terceiro lugar, é um desafio de inovação.

Estabelecemos incentivos à eficiência e à inovação. Desafiámos serviços, dirigentes e trabalhadores a arriscar e a experimentar novos métodos de gestão, focados na valorização dos trabalhadores e nos ambientes de trabalho positivos.

Por fim, é um desafio de capacitação.



As exigências da gestão pública requerem dirigentes capacitados e orientados para a ação e para os resultados, em alinhamento com as prioridades das políticas públicas.

Renovar as competências dos atuais dirigentes e abrir caminho para novas gerações de dirigentes públicos, é um dos desafios estratégicos mais importantes da AP.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Nas carreiras chave da Administração Pública hoje há mais trabalhadores e esses trabalhadores tiveram o seu ganho médio salarial aumentado. Vale a pena colocarmos alguns números nesta afirmação. Entre 2015 e 2018, o ganho médio de um trabalhador na AP cresceu perto de 7%, em linha com o setor privado. E o emprego na AP cresceu 3,7%.

Vamos a dados setoriais:

Começamos pela ciência. O número de docentes do ensino superior aumentou 7% e no ensino politécnico aumentou 14%. O ganho médio aumentou 14% no ensino superior e 18% no politécnico.

Na educação. São mais 4500 docentes, com um ganho salarial médio de +5%.



Na saúde. Há mais 9% de médicos hoje do que em 2015 e 10% de enfermeiros. Os ganhos salariais respetivos, dos médicos aumentaram 15% e o dos enfermeiros 11%.

Nos técnicos superiores. Há mais qualificação. Hoje temos mais 7000 técnicos superiores, mais 12% e estes tiveram um aumento médio do seu ganho salarial de +7% nos últimos 3 anos.

Este é um investimento único na AP. Sem paralelo nos últimos anos, na última década em Portugal. **Tudo foi feito com conta, peso e medida.**

Para o conseguir tomamos opções conscientes, a pensar no dia de hoje e no dia de amanhã. Sabendo que todo este investimento terá retorno. Em motivação, em competência, em produtividade, em inovação, sempre ao serviço da Administração Pública. É esse o nosso compromisso, é esse efeito transformador que iremos obter em benefício dos cidadãos, das organizações e do país.

Este foi o compromisso assumido pelo Governo no final de 2015.

Muito obrigado.